

Regista-se com satisfação a
realização de praticamente todos
os aspetos a nível das
Sede de Contratação.

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA

O presente relatório demonstra, inequivocamente,
a boa organização e cumprimento das
funções da Escola
dos seus serviços, das principais
documentos aprovados, entre os quais o
Regulamento Interno e das
fórmulas desenhadas pelo pessoal
docente e não docente.



Exmo. Senhor
Presidente do Conselho Executivo
da Escola de Manuel de Arriaga
Rua Tinha Azul
9900-860, HORTA

Sua referência: Proc. IRE/Est. Ensino
Sua comunicação de: Proc. IRE/Est. Ensino
Nossa referência: Data 20 JUL 2016
Número 000234

Assunto: ACÇÃO INSPETIVA AVALIAÇÃO INTEGRADA - ES MANUEL DE ARRIAGA -
HOMOLOGAÇÃO

Avaliação integrada das Escolas
da Região.
Publicar-se o teor do presente
despacho e o relatório no site
da Escola.
Serve a presente missiva para transmitir a V. Ex.^a, que sobre a acção inspetiva supra,
recaiu despacho homologatório de Sua Excelência o Secretário Regional da Educação e
Cultura, de 11 de julho de 2016, que se remete para conhecimento e cumprimento das

recomendações.

18/07/16

Eufémio
Com os melhores cumprimentos,

O INSPETOR REGIONAL DA EDUCAÇÃO

Rúben Fournier
RÚBEN FOURNIER

coia Sul
ENTRADA DE DOCUMENTOS
Data 20/07/2016
N.º Recibo 240/2016
C.º 13
posto ao Doc.º
em anexo

RE/PN

Na resposta indicar a nossa referência». Em cada ofício tratar só um assunto.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA

INSPEÇÃO REGIONAL DA EDUCAÇÃO

AVALIAÇÃO INTEGRADA

ESCOLA SECUNDÁRIA MANUEL DE ARRIAGA
ANO LETIVO 2015/2016

ÍNDICE

I - INTRODUÇÃO	3
1 - Apresentação	3
2 - Objetivos	3
3- Áreas de Observação	4
4 - Metodologia	5
II - A ESCOLA	6
1 - Perfil da Unidade Orgânica	6
2 - População Escolar	8
3 - Recursos Humanos	15
Pessoal Docente	15
Pessoal não Docente	15
III - O DESEMPENHO DA ESCOLA NAS DIMENSÕES EM ANÁLISE	16
1 - Estrutura Organizativa	16
1.1- Órgãos de Administração e Gestão	16
Assembleia de Escola	16
Conselho Executivo	17
Conselho Pedagógico	19
Conselho Administrativo	19
1.2 - Estruturas de Orientação Educativa	21
Departamentos Curriculares	21
Coordenação da Direção de Turma	22
Direção de Turma	22
2 - Serviços de Administração Escolar	23
3 - Gestão de Recursos	23
3.1 - Recursos Financeiros	23
3.2 - Apoios Socioeducativos	24
3.2.1 - Candidaturas aos benefícios da ASE	24
3.2.2 - Benefícios da ASE	25
Alimentação	25
Transporte Escolar	27
Manuais e outro Material Escolar	28
3.3 - Equipamentos Pedagógicos	28



4 - Planeamento da Ação Educativa	31
Projeto Educativo, Plano de Atividades e Regulamento Interno	31
Organização Pedagógica	34
Atividades de Enriquecimento Curricular	35
5- Resultados da Aprendizagem	35
Ensino Secundário	35
6 - Planeamento das Aprendizagens	42
7 - Realização das Aprendizagens	43
7.1 - O Trabalho em Sala de Aula	43
7.2 - Recursos de Aprendizagem	44
7.3 - Avaliação	45
7.4 - Dispositivos de Apoio Educativo	46
8 - Clima e Ambiente Educativos	47
IV - PONTOS FORTES E FRACOS DO DESEMPENHO	49
V - RECOMENDAÇÕES	50

I – INTRODUÇÃO

1 – Apresentação

A Inspeção Regional da Educação (IRE), no cumprimento do seu Plano de Atividades procedeu, na Escola Secundária Manuel de Arriaga, sita na Ilha do Faial, cidade da Horta, à aplicação do Programa Avaliação Integrada de Escolas ao nível do Ensino Secundário. Para o efeito, a equipa inspetiva, nomeada por despacho do Sr. Inspetor Regional da Educação, pela Ordem de Serviço n.º 15/2015, de 5 de outubro, procedeu à ação inspetiva entre os dias 23 de novembro e 4 de dezembro de 2015.

2 – Objetivos

Do Programa de Avaliação Integrada (Roteiro de Apresentação e Procedimentos) destacam-se os seguintes objetivos:

- *valorizar as aprendizagens e a qualidade da experiência escolar dos alunos;*
- *devolver informação de regulação das escolas, identificando os pontos fortes e fracos do seu funcionamento e contribuindo para a manutenção dos níveis de qualidade já alcançados ou para o seu aperfeiçoamento;*
- *reforçar processos de autoavaliação como a melhor estratégia para garantir a qualidade educativa, consolidar a autonomia das escolas e responsabilizar os seus atores;*
- *criar níveis mais elevados de exigência no desempenho global de cada escola;*
- *desempenhar uma das funções de regulação do funcionamento do sistema educativo escolar, que compete à Região, no contexto da autonomia das escolas.*



3- Áreas de Observação

A observação e a recolha de dados incidiram sobre as seguintes áreas:

<i>Estrutura Organizativa</i>	<i>Órgãos de Administração e Gestão</i> <i>Estruturas de Orientação Educativa</i>
<i>Serviços de Administração Escolar</i>	<i>Serviços de Administração Escolar</i>
<i>Gestão de Recursos</i>	<i>Apoios Socioeducativos</i> <i>Recursos Financeiros</i> <i>Equipamentos Pedagógicos</i>
<i>Estruturação da Ação Educativa</i>	<i>Planeamento da Ação Educativa</i> <i>Organização Pedagógica</i> <i>Atividades de Enriquecimento curricular</i>
<i>Resultados das Aprendizagens</i>	<i>Sucesso Escolar</i>
<i>Planeamento das Aprendizagens</i>	<i>Projeto Curricular de Escola</i>
<i>Realização das Aprendizagens</i>	<i>Trabalho em Sala de Aula</i> <i>Recursos de Aprendizagem</i> <i>Avaliação</i> <i>Dispositivos de Apoio Educativo</i>
<i>Clima e Ambiente Educativo</i>	<i>Integração Escolar</i> <i>Informação e Comunicação</i> <i>Interação com o Meio</i> <i>Dinâmica da Unidade Orgânica</i>

4 – Metodologia

O programa foi apresentado na Unidade Orgânica (UO), numa reunião inicial onde estiveram presentes: o Presidente do Conselho Executivo, as 2 vice-presidentes do Conselho Executivo, a Assessora técnico-pedagógica do Conselho Executivo, a Presidente da Assembleia de Escola, a Presidente do Conselho Pedagógico, os Coordenadores dos diferentes Departamentos, os Coordenadores dos Diretores de Turma do 3.º ciclo e Ensino Secundário, o docente representante dos Coordenadores de Projetos, a Coordenadora da Biblioteca Escolar, o representante dos Serviços Especializados de Apoio Educativo, o representante do Pessoal Não Docente, o Presidente da Associação de Pais, o representante da Associação de Estudantes, o representante dos alunos do ensino secundário.

A metodologia utilizada, na recolha das evidências relativas aos diferentes campos de observação, assentou em técnicas de supervisão, nas modalidades de entrevistas, a saber: a Presidente da Assembleia de Escola, uma Vice-presidente do Conselho Executivo, a Presidente do Conselho Pedagógico, o Presidente do Conselho Executivo, o Presidente do Conselho Administrativo, os Coordenadores dos Departamentos de Matemática e de Românicas, a Representante do Grupo Disciplinar de Português, o Coordenador de Diretores de Turma do Ensino Secundário, dois Diretores de Turma, a Coordenadora da Biblioteca, a Chefe dos Serviços de Administração Escolar, a Assistente Técnica afeta ao setor da Ação Social Escolar, o Presidente da Associação de Pais, o responsável pelo Pessoal Não Docente, o Presidente da Associação de Estudantes, o responsável pelos Laboratórios, o Coordenador do Grupo de Informática, o Coordenador do Departamento de Educação Física e os alunos.

A análise, por amostragem, incidiu sobre: o Projeto Educativo (PE), o Plano Anual de Atividades (PAA), o Projeto Curricular de Escola (PCE), o Regulamento Interno (RI), o Plano de Combate à Exclusão Social (PCES), a Equipa Multidisciplinar de Apoio Socioeducativo (EMAS), atas da Assembleia de Escola, do Conselho Executivo (CE), do Conselho Pedagógico (CP), do Conselho Administrativo (CA), dos Departamentos Curriculares de Matemática e Românicas, dossiês dos mesmos Departamentos, da Coordenação dos Diretores de Turma do Ensino Secundário, do Grupo Disciplinar de Português, cadernos diários, trabalhos/relatórios produzidos por alunos, plataforma digital (T-professor) onde estão registados os sumários diários, relatório dos apoios sistemáticos, pautas de avaliação de final de período e de exames

nacionais, Livros de Termos, processos individuais de docentes e discentes, Regimentos da Assembleia de Escola, do Conselho Executivo, do Conselho Pedagógico, do Departamento de Românicas, o Regulamento da Ação Social Escolar, Norma de Controlo Interno e outra documentação avulsa.

Procedeu-se, também, à observação da prática letiva, numa amostra de 10 aulas, nas disciplinas de Matemática e Português do ensino secundário (10.º, 11.º e 12.º anos).

No final da intervenção foi promovida uma reunião, com todos os participantes que estiveram presentes na reunião inicial, para apresentação das conclusões gerais da intervenção.

II – A ESCOLA

1 – Perfil da Unidade Orgânica

A Escola Secundária Manuel de Arriaga situa-se na Ilha do Faial, cidade da Horta e foi inicialmente designada Liceu Nacional da Horta, iniciou as suas atividades a 1 de outubro de 1853, mas a sua constituição definitiva verificou-se a 15 de maio de 1854 num edifício próximo do Convento da Glória. A 1 de janeiro de 1882 passou a funcionar no Largo do Bispo onde se manteve até 31 de agosto de 1926.

Em 1918, o Liceu passa a designar-se de Manuel de Arriaga, denominação que manteve até 1947.

Em 1926/1927, José da Rosa Martins (barão da Ribeirinha) colocou o seu palacete da Conceição à disposição das autoridades para nele se instalar o liceu.

Em 1935 uma crise sísmica obriga à transferência do liceu para as instalações alugadas à Companhia Inglesa de Cabos Submarinos.

O funcionamento, nas suas instalações da Escola do Magistério Primário, desde 1949 e a abertura do 3.º ciclo (6.º e 7.º anos) em 1957, obrigaram, entre 1962/1966, à construção de um novo edifício.

A partir de 1977/1978 o Liceu Nacional da Horta passou a denominar-se Escola Secundária da Horta, em 1994 Escola Secundária Geral e Básica Dr. Manuel

de Arriaga, em 1999 Escola Básica 3 e Secundária Dr. Manuel de Arriaga e em 2004 Escola Secundária Manuel de Arriaga.

A Unidade Orgânica serve uma população de cerca de 15 mil habitantes distribuídos por 3 freguesias urbanas e 10 freguesias rurais.

Ao longo da sua história, a escola tem servido também, as Ilhas do Pico, S. Jorge, Flores e Corvo que não dispunham de ensino secundário.

Atualmente a Unidade Orgânica funciona num só edifício, tem 52 salas destinadas a atividades letivas todas equipadas com um quadro interativo e um posto de trabalho com computador integrado.

A UO dispõe ainda, entre outras, de 4 salas de Informática com um total de 82 computadores; uma sala de estudo com 4 computadores; um gabinete de DT e atendimento aos encarregados de educação com 4 computadores; um gabinete de trabalho dos professores com 10 computadores; um gabinete para cada Departamento com 1 computador cada, num total de 8; um gabinete para os coordenadores dos Diretores de Turma com 1 computador; um gabinete para a Presidente da AE e para a Presidente do CP com 1 computador; 2 gabinetes de trabalho com 2 computadores.

A UD tem ainda uma zona desportiva constituída por um pavilhão, um polidesportivo coberto, uma sala de combate, uma sala de ginástica, uma piscina e um campo de futebol com relvado sintético, uma Biblioteca, um Museu, e um Auditório.

Os alunos dispõem de uma sala de convívio. Existem ainda espaços destinados aos serviços de reprografia, papelaria, bufete, refeitório, serviço de ação social escolar, gabinete médico e um gabinete de Psicologia e Orientação Vocacional.

A U O está aberta para atendimento das necessidades dos alunos 50 horas semanais (10 horas diárias).

As atividades letivas decorrem, de segunda a sexta-feira entre as 08:30 horas e as 16:40 horas.

2 – População Escolar

No presente ano letivo a oferta educativa da UO é a seguinte:

- 7.º, 8.º e 9.º anos;
- 10.º, 11.º e 12.º anos:
 - Cursos Científico-Humanísticos
 - Curso de Ciências e Tecnologias
 - Curso de Ciências Socioeconómicas
 - Curso de Ciências Sociais e Humanas
 - Curso de Artes Visuais.
- Curso Profij Nível II – Tipo 3 – Operador de Informática
- Curso Profij Nível II – Tipo 2 – Operador de Informática (1.º ano)
- Curso Profij Nível II – Tipo 2 – Operador de Sistemas de Gestão de Resíduos Sólidos (1.º ano)
- Profij Nível IV – Técnico de Multimédia (3.º ano)
- Profij Nível IV – Técnico de Informática – Instalação e Gestão de Redes (1.º e 3.º anos)
- Profij Nível IV – Animador Sociocultural (2.º ano)
- Profij Nível IV – Técnico de Turismo Ambiental e Rural (2.º ano).

A população escolar da UO no presente ano letivo é a que se apresenta no Quadro 1.

Quadro 1

POPULAÇÃO TOTAL

	N.º DE MATRÍCULAS	N.º DE ALUNOS
3.º CICLO	437	467
SECUNDÁRIO	415	363
PROFIJ	92	92
UNECA	20	20
TOTAL	964	942

Ao nível do 3.º ciclo, no presente ano letivo a população escolar está distribuída da seguinte forma:

Quadro 2

7.º ANO

TURMA	MATRÍCULAS	ALUNOS
A	22	22
B	22	22
C	20	20
D	21	20
E	22	20
F	22	22
G	14	14
H	22	21
TOTAL	165	161

À data da intervenção 4 alunos haviam sido transferidos para outras UO.

Quadro 3

8.º ANO

TURMA	MATRÍCULAS	ALUNOS
A	20	20
B	20	19
C	20	19
D	21	21
E	21	21
F	22	22
G	14	14
TOTAL	138	136

À data da intervenção 2 alunos haviam sido transferidos para outras UO.

Quadro 4

9.º ANO

TURMA	MATRÍCULAS	ALUNOS
A	19	19
B	19	19
C	20	20
D	21	21
E	21	21
F	28	28
G	22	22
H	20	20
TOTAL	170	170

Ao nível do ensino secundário, no presente ano letivo, a população escolar está distribuída conforme os quadros 5, 6 e 7 seguintes.

O número de matrículas inclui todos os alunos matriculados no ensino secundário desde o início do ano letivo, nomeadamente os que à data da intervenção já haviam sido transferidos, os que anularam a matrícula e os que têm 2 matrículas em 2 anos diferentes.

Quadro 5

10.º ANO

TURMA	MATRÍCULAS	ALUNOS
A	27	24
B	27	23
C	17	16
D	17	14
E	31	28
F	31	28
TOTAL	150	133

Quadro 6

11.º ANO

TURMA	MATRÍCULAS	ALUNOS
A	24	23
B	38	25
C	29	23
D	31	23
E	26	24
TOTAL	148	118

Quadro 7

12.º ANO

TURMA	MATRÍCULAS	ALUNOS
A	25	23
B	24	23
C	26	25
D	22	22
E	20	19
TOTAL	117	112

Quadro 8

ALUNOS MATRÍCULADOS NO ENSINO SECUNDÁRIO POR CURSO

CURSOS CIENTÍFICO- HUMANÍSTICOS	10.º ANO		11.º ANO		12.º ANO	
	N.º DE ALUNOS	N.º DE TURMAS	N.º DE ALUNOS	N.º DE TURMAS	N.º DE ALUNOS	N.º DE TURMAS
Ciências e Tecnologias	54	2	62	2	52	2
Ciências Socioeconómicas	17	1	19	1	19	1
Línguas e Humanidades	62	2	57	2	42	2
Artes Visuais	17	1	10	1	4	1

As turmas de Ciências Socioeconómicas e a turma de Artes Visuais do 11.º e 12.º anos constituem uma única turma nas disciplinas da formação geral (Português, Filosofia, Língua Estrangeira II e Educação Física).

Ao nível do 10.º ano é no Curso de Línguas e Humanidades que se regista um maior número de alunos repetentes, nomeadamente às disciplinas de MACS (18), História A (14), Geografia A (12), Português (11) e Filosofia (9).

Nos restantes cursos salienta-se a disciplina de Português (4) no Curso de Artes Visuais e Matemática (3) no Curso de Ciências e Tecnologias.

Quadro 9

NÚMERO DE ALUNOS REPETENTES DO 10.º ANO, DISCIPLINA E CURSO

ANO	CURSO	DISCIPLINAS	N.º DE ALUNOS
10.º	CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS	FILOSOFIA	1
		EDUCAÇÃO FÍSICA	1
		MATEMÁTICA	3
		FÍSICO-QUÍMICA	2
	CIÊNCIAS SOCIOECONÓMICAS	PORTUGUÊS	1
		ECONOMIA A	1
		GEOGRAFIA A	1
	ARTES VISUAIS	PORTUGUÊS	4
		ESPAÑHOL	1
		INGLÊS	1
		FILOSOFIA	2
		DESENHO A	2
		GEOMETRIA DESCRITIVA A	2
		HCA	2
	LÍNGUAS E HUMANIDADES	PORTUGUÊS	11
		INGLÊS	1
		ESPAÑHOL	1

	FILOSOFIA	9
	HISTÓRIA A	14
	GEOGRAFIA A	12
	MACS	18

Ao nível do 11.º ano é no Curso de Ciências e Tecnologias que se regista um maior número de alunos repetentes, nomeadamente à disciplina de Físico-Química (17), seguida de Português (6) e Matemática A (6).

No Curso de Línguas e Humanidades salienta-se a disciplina de MACS (7) seguida das disciplinas de Filosofia e História A (6) com o mesmo número de alunos repetentes.

No Curso de Artes visuais não se registaram retenções.

Quadro 10

NÚMERO DE ALUNOS REPETENTES DO 11.º ANO, DISCIPLINA E CURSO

ANO	CURSO	DISCIPLINAS	N.º DE ALUNOS
11.º	CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS	PORTUGUÊS	6
		MATEMÁTICA A	6
		FÍSICO-QUÍMICA	17
		BIOLOGIA E GEOLOGIA	3
	CIÊNCIAS SOCIOECONÓMICAS	PORTUGUÊS	1
		FILOSOFIA	1
		MATEMÁTICA A	2
		ECONOMIA A	1
		GEOGRAFIA A	2
	ARTES VISUAIS	SEM REPETENTES	-
	LÍNGUAS E HUMANIDADES	PORTUGUÊS	3
		INGLÊS	1

	FILOSOFIA	6
	HISTÓRIA A	6
	GEOGRAFIA A	2
	MACS	7
	LITERATURA PORTUGUESA	2

Ao nível do 12.º ano é no Curso de Ciências e Tecnologias que se regista um maior número de alunos repetentes, nomeadamente à disciplina de Matemática A (13).

No Curso de Ciências Socioeconómicas salienta-se a disciplina de Matemática A (7) e no Curso de Línguas e Humanidades a disciplina de História A (5).

No Curso de Artes Visuais não se registaram retenções.

Quadro 11

NÚMERO DE ALUNOS REPETENTES DO 12.º ANO, DISCIPLINA E CURSO

ANO	CURSO	DISCIPLINAS	N.º DE ALUNOS
12.º	CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS	PORTUGUÊS	3
		EDUCAÇÃO FÍSICA	3
		MATEMÁTICA A	13
		BIOLOGIA	1
		INGLÊS	3
		FÍSICA	1
	CIÊNCIAS SOCIOECONÓMICAS	PORTUGUÊS	1
		EDUCAÇÃO FÍSICA	2
		MATEMÁTICA A	7
		GEOGRAFIA C	1
		DIREITO	2
	ARTES VISUAIS	SEM REPETENTES	-



	LÍNGUAS E HUMANIDADES	PORTUGUÊS	1
		HISTÓRIA A	5
		DIREITO	1
		INGLÊS	1

3 – Recursos Humanos

Pessoal Docente

No presente ano letivo o pessoal docente da UO é constituído por um total de 113 professores, dos quais 77 têm contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (69%), 36 são professores com contrato de trabalho a termo resolutivo certo (31%).

Os 113 professores da UO têm habilitação profissional para a docência, dos quais 6 têm experiência profissional entre 2 a 5 anos, 30 entre 6 a 10 anos, 43 entre 11 a 20 anos e 34 têm 21 ou mais anos de serviço.

O corpo docente apresenta um elevado nível de estabilidade e profissionalização o que possibilita uma distribuição equitativa pelos anos de escolaridade, ciclos e níveis de ensino, promovendo equidade na prestação do serviço educativo a todos os alunos.

Pessoal não Docente

Ao nível do pessoal não docente, a UO dispõe de 31 trabalhadores, sendo 1 técnico superior, 12 assistentes técnicos e 18 assistentes operacionais, todos com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

A UO dispõe ainda de trabalhadores provenientes de programas ocupacionais, a saber: um técnico superior do programa Estagiar L, 2 assistentes operacionais do programa CTTS, 3 do programa Recuperar e um do programa PROSA.

No presente ano letivo a UO apresenta um rácio funcionários/alunos de 2,02 e um rácio assistentes operacionais/alunos de 1,27.

III – O DESEMPENHO DA ESCOLA NAS DIMENSÕES EM ANÁLISE

1 - Estrutura Organizativa

1.1- Órgãos de Administração e Gestão

Assembleia de Escola

A AE é órgão responsável pela definição das linhas orientadoras da atividade da UD e apresenta a seguinte composição: uma Presidente; 10 professores; 4 encarregados de educação; 2 representantes do pessoal não docente; 2 alunos do ensino secundário; o Presidente da Associação de Estudantes; o Presidente da Associação de Pais/Encarregados de Educação; representante da Câmara Municipal; representantes de 3 entidades que mudam com o mandato (Câmara do Comércio, Biblioteca e Observatório do Mar dos Açores); o Presidente do CE e Presidente do CP sem direito a voto.

Para o triénio 2014/2017, face ao PEE, ao PC e ao PAA fazem parte da AE, o Observatório do Mar dos Açores, Câmara do Comércio da Horta e a Biblioteca Pública e Arquivo Regional D. José da Graça (ata n.º 1, de 7 de outubro 2014).

A assembleia tem constituídas 3 equipas:

- 1 - Acompanhamento da avaliação do PEE e do PCE;
- 2 - Acompanhamento e avaliação do PAA;
- 3 - 2 elementos que integram a equipa multidisciplinar.

As convocatórias para reuniões e demais documentos são distribuídos atempadamente o que permite a sua análise e reflexão prévias pelos elementos que a compõem.

Nos 3 últimos mandatos a AE resultou da eleição de uma lista que se propôs a constituir o órgão.

A AE elaborou um Regimento que não regulamenta mais do que o já previsto em diploma próprio, contudo prevê que "quando previsivelmente um membro da Assembleia não puder estar presente na reunião deve fazer-se substituir por um membro da lista que integrava ou da instituição que representa, informando

antecipadamente o Presidente da Assembleia desse facto e entregando a documentação ao seu substituto”.

O Regimento foi revisto para o triénio 2014/2017 (ata n.º 1, de 7 de outubro 2014).

Decorrente da análise dos documentos relativos à constituição e funcionamento da AE e da entrevista realizada à Presidente do órgão, constatou-se a promoção de debate e reflexão alargados sobre os assuntos relativos às competências que lhe estão atribuídas e a existência de uma boa articulação com os outros órgãos de administração e gestão.

Nas reuniões da AE verifica-se a existência de diversas referências a assuntos conexos com a ASE. Assim, para além da aprovação do Plano de Combate à Exclusão Social, houve discussão e foram transmitidas informações sobre a cedência de manuais escolares, a qualidade das refeições servidas no refeitório da unidade orgânica, a penalização da lei sobre as famílias com apenas dois membros que se candidatem a benefícios da ASE, a criação em 2015, pela Câmara Municipal da Horta, de um passe escolar para os alunos que residam a menos de 3 Km da ESMA, com custo de 10 € e direito a viagens ilimitadas, bem como sobre o trânsito junto à entrada do recinto escolar. De igual modo, foi feita uma análise e reflexão do inquérito sobre hábitos alimentares dos alunos do ensino básico da ESMA, realizado em janeiro de 2015, tendo em vista a perceção da comunidade educativa sobre esta problemática. Foram ainda abordados assuntos relativos à segurança no transporte escolar e ao comportamento dos alunos nos autocarros, bem como foi feito um balanço da aplicação do regime de empréstimo de manuais escolares, que terá corrido bem, embora seja mencionado que alguns alunos escreveram indevidamente nos manuais.

Conselho Executivo

O CE é constituído por 3 elementos: um Presidente e duas Vice-presidentes e dispõe de uma assessora pedagógica.

A divisão de áreas de responsabilidade entre os membros permite ao CE uma maior operacionalidade.

O CE reúne mensalmente e as suas atas revelam democraticidade interna nas deliberações e indicam a preocupação do órgão em desenvolver, acompanhar e avaliar iniciativas promovidas pela UO.

O Presidente do CE, reúne no início do ano letivo com os coordenadores de DT e nos diferentes períodos com os Conselhos de Turma de avaliação. Reúne, também com a Associação de Pais e de alunos uma vez por mês. Reúne, separadamente com os representantes dos pais nas turmas, tanto do 3.º ciclo como do ensino secundário. Reúne ainda, 2 ou 3 vezes por ano com os delegados das turmas e promove uma reunião geral de professores no início do ano letivo, para darem sugestões e no início do 2.º e 3.º períodos para analisarem o funcionamento do período anterior.

Uma das Vice-presidentes está mais adstrita à área pedagógica e a outra à área da contabilidade e informática. Trabalham em equipa e o Presidente delega, sempre que possível, nos coordenadores de departamento e uma assessora que é também a coordenadora das turmas de ensino não regular.

Os problemas disciplinares ou a pequena indisciplina é a área de responsabilidade do presidente do órgão; contudo não se registam na UO problemas graves.

Aos alunos e pais/encarregados de educação é entregue um documento que apela à ida à escola e o CE tem a tarde de quarta-feira reservada para os receber.

O CE preocupa-se em seguir, dentro do possível, as recomendações da AE, em colher o parecer do CP sobre as matérias da sua competência e tem vindo a fazer esforços no sentido de imprimir uma certa dinâmica à UO, procurando mobilizar os diferentes intervenientes educativos na tomada de iniciativas.

Relativamente à ASE, o facto de existir na unidade orgânica um Regulamento da própria, definindo regras e procedimentos específicos nesse domínio, contribui para que não haja, nas reuniões do órgão de administração e gestão, uma discussão mais visível e uma tomada de deliberações frequentes sobre a matéria em causa, sem prejuízo assim de uma planificação e execução de atividades no âmbito do funcionamento da ASE.

Conselho Pedagógico

O CP é constituído por: uma Presidente, 8 docentes, o Presidente do CE, o Coordenador de DT do 3.º ciclo, do ensino secundário e do ensino não regular, o coordenador de projetos, a psicóloga, um representante do pessoal não docente, o Presidente da Associação de Pais, a Presidente da Associação de Estudantes, uma aluna representante do ensino secundário e a coordenadora da Biblioteca.

Decorrente da análise das atas e das entrevistas realizadas a alguns dos elementos que compõem o órgão, designadamente a Presidente, coordenadores de departamento, alunos e pais, constatou-se que nas reuniões deste órgão há lugar a debate e reflexão sobre as questões agendadas, entre outras: critérios gerais de avaliação; apresentação de atividades para final de período; balanço dos apoios educativos; análise dos resultados dos exames nacionais; apresentação da proposta do Projeto Curricular de Escola; apresentação do Plano Anual de Atividades; orientações gerais para o ano letivo.

O CP deu parecer favorável à atribuição de prémios de mérito, criados por proposta do CE e com aprovação da AE. Os alunos do quadro de empenho e valor são alvo de parecer de CP. Os alunos para o quadro de distinção por desempenho de ação podem, também ser propostos pelo este órgão. Os restantes resultam dos critérios objetivos constantes no RI, sendo a sua determinação da responsabilidade do CE.

O processo de acreditação da UO está a decorrer e o plano de formação está a começar a ser construído, sem prejuízo de ter havido alguma formação na área das TIC.

O CP reúne ordinariamente uma vez por mês e faz uma reflexão/avaliação das atividades integradas no PAA e dos resultados escolares no final de cada período letivo, sendo visível a adoção de medidas tendentes a atenuar o insucesso escolar.

Conselho Administrativo

O CA, cuja composição corresponde à que se encontra legalmente definida, com o Presidente, uma Vice-presidente do CE e o Chefe dos Serviços de Administração Escolar, segue as linhas orientadoras para a elaboração do orçamento, definidas pela AE e acolhe o parecer desta sobre as contas de gerência.

As reuniões do CA são em regra de periodicidade mensal, constando da sua agenda a conferência dos livros de escrituração, da conta corrente, do registo diário de faturas, da folha do cofre com balancete, dos documentos de despesa; a autorização para o Tesoureiro proceder à liquidação de despesas e a verificação das contas da ASE, incluindo a aprovação de sucessivos orçamentos suplementares do FE.

Neste âmbito, ressalta o ajuste direto para aquisição à Livraria Resarte, Lda. de manuais escolares, bem como a adjudicação à empresa UNISELF do serviço de refeições para o ano letivo de 2015/2016. De igual modo, regista-se a apresentação de propostas a diversos fornecedores locais, com constituição de júri, para fornecimento de produtos alimentares para o bufete.

Este órgão respeita o princípio da democraticidade, quer quanto à sua constituição, quer quanto ao seu funcionamento.

Os critérios que orientam a gestão financeira, a elaboração e gestão do orçamento e a sua distribuição por áreas de ação estratégica encontram-se definidos no Plano Financeiro Anual. Neste Plano foram definidos objetivos tendo em conta a missão da Escola e as disponibilidades orçamentais. Esse Plano Financeiro caracterizou a forma como se desenvolverá ao longo do ano do ponto de vista financeiro. Assim, para o ano de 2015 foram definidos os seguintes objetivos:

- Otimizar os recursos financeiros afetos à Escola pela DRE, coordenando, acompanhando e avaliando a sua aplicação;
- Otimizar os recursos financeiros relativos às receitas do Fundo Escolar no sentido de promover o pagamento das despesas resultantes da realização dos objetivos do Fundo;
- Contribuir para uma gestão sustentada através do reforço dos instrumentos de gestão e avaliação dos recursos financeiros;
- Aplicar medidas para a redução dos custos das despesas correntes, mais especificamente na área dos encargos das instalações (água e luz) e do consumo de papel (cópias e impressões);
- Melhorar os instrumentos de suporte para o controle de despesas correntes nas áreas referenciadas no ponto anterior, nomeadamente através da sua informatização;
- Reforçar o recurso à Internet como meio privilegiado de comunicação de informação e do documento digital para trabalho com os alunos;

Para o mesmo ano foram também definidas no Plano Financeiro outras ações, nomeadamente a manutenção e conservação de diversos equipamentos (portas, estores, refeitório (equipamento), ar condicionado e reforço da estrutura superior dos tetos). Outras áreas de investimento são as do equipamento informático, projetores multimédia, material didático e roupa destinada à atribuição dos benefícios da ação social e à sua venda à comunidade escolar.

Por último, o Plano Financeiro integrou a distribuição das verbas previstas para os agrupamentos de receita e despesa, de acordo com as ações e objetivos definidos.

O registo explícito dos critérios não foi visível nas atas do Conselho Administrativo pelo que deve constar naquelas a remissão para o Plano Financeiro. Com efeito, nas atas das reuniões do órgão predomina o mero registo contabilístico de operações de tesouraria inerentes às competências do CA, embora com a devida existência em anexo dos respetivos suportes documentais (autorizações de pagamento, requisições, etc.).

Refira-se que não foi acionado por este órgão de administração e gestão o mecanismo interno de delegação de competências, previsto nos n.º 2 e 3 do artigo 80.º do Regime de Autonomia, na terceira alteração introduzida pelo DLR n.º 13/2013/A, de 30 de agosto. Contudo, foi assumido internamente que as autorizações para a realização de despesas e respetivos pagamentos deveriam ser do conhecimento e responsabilidade de todos os membros do órgão, pelo que não foi concretizada a referida delegação de competências. Todavia, há diversos documentos contabilísticos que comprovam a existência de um controlo interno eficaz, de que o mapa mensal discriminativo por rubricas das receitas próprias arrecadadas pelo Fundo Escolar é um exemplo cabal.

1.2 - Estruturas de Orientação Educativa

Departamentos Curriculares

Na UO funcionam 8 departamentos, a saber: Departamento de Românicas; de Germânicas; de Humanidades; de Ciências Geográficas e Económicas; de Artes Visuais e Informática; de Ciências Físicas e Naturais; de Educação Física e de Matemática.

Embora exista uma organização de tipo departamental, constata-se que subsistem ainda, na UD formas residuais de organização pedagógica previstas no anterior modelo e que se traduzem na subdivisão de 6 dos 8 departamentos, em grupos disciplinares.

O campo de ação da maioria dos departamentos concentra-se na planificação das unidades de ensino, na definição de critérios de avaliação e na análise dos resultados dos alunos.

Assim, os departamentos revelam mais eficácia na organização de materiais e recursos do que na organização sistemática da formação e atualização dos professores no âmbito científico, didático e metodológico.

Coordenação da Direção de Turma

A UD dispõe de duas coordenações de Direção de Turma, que no presente ano letivo estão a ser exercidas por dois coordenadores, um para o 3.º ciclo do ensino básico e um para o ensino secundário.

Nas reuniões de coordenação são divulgadas, entre outras, informações sobre os normativos legais; as ações a levar a cabo pelos DT em cada momento do ano letivo; o serviço de apoio educativo; critérios gerais de avaliação periódicos o que revela algum equilíbrio nos aspetos de natureza administrativa do trabalho de Diretor de Turma/Conselho de Turma e nas dimensões de natureza pedagógica, designadamente a coordenação das atividades e dos projetos das turmas.

Direção de Turma

A atribuição do cargo de DT é da responsabilidade do CE, regra geral obedecendo ao critério de continuidade (no ciclo).

Os DT asseguram a articulação entre os docentes da turma, entre estes e os alunos e com os pais/encarregados de educação. Fazem a recolha junto dos professores das disciplinas dos resultados obtidos nas fichas de avaliação e trabalhos realizados.

Os DT registam em folha própria os contactos que estabelecem com os pais/encarregados de educação e as presenças destes na UO. Os dossiês das turmas encontram-se organizados e atualizados com os dados dos alunos.

2 – Serviços de Administração Escolar

O horário de funcionamento dos Serviços de Administração Escolar (SAE) é das 08:30 às 17:30 horas e conta com 10 funcionários. Estes serviços estão organizados por seções: Pessoal, Alunos, Expediente, Contabilidade, Tesouraria e ASE, com livro de reclamações disponível, estando dotados de equipamento informático e com atendimento personalizado aos utentes.

Na área de alunos, os processos individuais estão devidamente constituídos e atualizados, sendo que a elaboração das pautas de avaliação e o circuito de emissão de diplomas e certidões processa-se em conformidade com as orientações formais em vigor.

A análise efetuada aos livros de ponto revela que estes se encontram sumariados, assinados e registadas as correspondentes faltas.

3 – Gestão de Recursos

3.1 – Recursos Financeiros

O Projeto de Orçamento foi elaborado dentro dos prazos legais e de acordo com as orientações superiormente emanadas e teve em consideração as linhas orientadoras da AE e as solicitações dos Departamentos. O financiamento é obtido através do orçamento da escola e de receitas próprias. Das despesas gerais umas são do Fundo Escolar e outras do Orçamento.

A UO desenvolve algumas sinergias na obtenção de receitas próprias, através de alguns organismos locais, nomeadamente a Câmara Municipal para alguns eventos, aluguer de salas a outras entidades para fazerem formação, venda de produtos no bar, na papelaria e material de desporto, bem como a troca de contrapartidas. Tentam diversificar a venda de produtos, tendo produtos apelativos para que os alunos não beneficiários da ASE os adquiram na UO.

No circuito de despesa verificou-se a cabimentação, a autorização da despesa e o pagamento, estando assegurada a segregação de funções.

3.2 – Apoios Socioeducativos

3.2.1 - Candidaturas aos benefícios da ASE

No domínio das candidaturas e processamento dos benefícios da ASE, a Equipa Multidisciplinar de Apoio Socioeducativo (ESMA) procedeu em geral de acordo com o estipulado na lei, designadamente com o teor dos artigos 92.º, 94.º e 95.º do anexo do DLR n.º 18/2007/A, de 19 de julho.

A divulgação de toda a informação relacionada com as candidaturas é efetuada pelos diretores de turma, no início do mês de maio. Nessa circunstância são cedidos aos encarregados de educação, no gabinete ASE, os boletins de candidatura aos respetivos benefícios.

A comunicação da atribuição de escalão é efetuada por ofício dirigido ao encarregado de educação, com indicação do prazo de reclamação de 10 dias úteis, previsto na lei.

Por seu turno, foram efetuados três requerimentos à DRE, para efeitos de prolongamento do período de concessão de benefícios ASE pelo limite de idade do aluno, tendo sido deferidos por aquela entidade dois deles e indeferido um, atento o disposto na alínea e) do n.º 4 do artigo 94.º do anexo ao DLR n.º 18/2007/A, de 19 de julho.

A Equipa Multidisciplinar de Apoio Socioeducativo está constituída na unidade orgânica, nos termos do artigo 97.º do Regime aprovado pelo DLR n.º 12/2005/A, de 16 de junho, exercendo as competências previstas na lei, cuja composição cumpre o disposto no n.º 3 do mesmo normativo.

Nas atas da EMAS, constata-se que se procedeu à análise e/ou revisão das diferentes candidaturas apresentadas, havendo uma fundamentação adequada para cada deliberação tomada relativamente ao posicionamento dos candidatos. Assim, verifica-se que, por iniciativa da EMAS, 21 alunos foram reposicionados em escalão mais favorável, no âmbito das 93 candidaturas apresentadas. É de assinalar que no ano letivo 2015/2016 apenas 2 pedidos de revisão foram apresentados pelos encarregados de educação, os quais não foram atendidos pela equipa.

No que respeita à amostragem dos processos de candidatura dos alunos beneficiários, atendendo a que o âmbito de intervenção da atividade inspetiva em curso abrangia apenas o ensino secundário, onde o número de alunos, sobretudo os beneficiários da ASE, tende a ser menor, optou-se por analisar por amostragem cerca de 20% dos processos de candidatura por cada escalão de rendimento desse nível de ensino, num total de 33. Refira-se que no escalão V foram analisados os únicos 4 processos de candidatura existentes, cujos alunos não obtiveram benefícios no âmbito da ASE pelo facto de os rendimentos auferidos pelos respetivos agregados familiares assim o obrigarem.

Em geral, a determinação do nível de comparticipação e do escalão correspondente aos rendimentos dos agregados familiares teve em conta o estipulado na lei, havendo correção nos cálculos (com o suporte informático da aplicação GESTASE). Os poucos lapsos detetados foram de imediato alvo de alteração por parte dos Serviços de Administração Escolar.

Relativamente à aplicação do disposto no n.º 5 do artigo 92.º do anexo ao DLR n.º 18/2007/A, de 19 de julho, verificou-se que, à exceção de um caso, mas sem influência no posicionamento de escalão, os serviços cumpriram o estipulado na lei. Contudo, por via dos efeitos perniciosos do teor deste normativo, a EMAS deliberou alterar para escalão mais favorável algumas candidaturas, atenta a situação socioeconómica depauperada dos respetivos agregados familiares, com exceção de um aluno posicionado no IV escalão, cujo processo não chegou a ser analisado por aquela Equipa, uma vez que o aluno não utilizava o refeitório por residir próximo da escola e os manuais escolares foram-lhe atribuídos por empréstimo.

3.2.2 - Benefícios da ASE

Alimentação

O fornecimento de refeições no refeitório da ESMA no ano letivo 2015/2016 encontra-se concessionado à empresa Uniself, sendo consumidas diariamente cerca de 230 refeições. No entanto, o bufete é gerido pela própria UO, sendo os trabalhadores afetos ao mesmo e os adstritos à ASE quem procede à gestão dos stocks e confere os produtos recebidos.

São respeitadas e fomentadas na unidade orgânica as determinações emanadas pela tutela em matéria de alimentação equilibrada e saudável. No entanto, segundo a opinião de alguns membros da comunidade educativa, a qualidade das refeições fornecidas nem sempre atinge o nível desejado, sobretudo no âmbito da confeção, do sabor e da quantidade. Todavia, o CE transmitiu à equipa inspetiva os esforços encetados, em articulação com a Uniself, no sentido de ser melhorado o serviço prestado, designadamente apelando à comunidade educativa para que reclame sempre que encontre razões concretas para tal, o que raramente tem ocorrido. É de salientar que nos inquéritos efetuados quer pela ESMA quer pela respetiva associação de pais e encarregados de educação, os resultados foram considerados positivos.

Assim, a unidade orgânica encontra-se perante o dilema de apresentar refeições saudáveis, mas com eventual descontentamento dos utentes, ou por outro lado propiciar refeições mais saborosas, com mais teor de sal, a contento daqueles, mas com desrespeito pelas orientações superiores.

Quanto à quantidade, nos controlos efetuados internamente, verificou-se que havia cumprimento do caderno de encargos, sendo que a perceção dos alunos sobre a reduzida quantidade do prato principal só pode ser admitida relativamente aos que rejeitam o consumo de sopa e fruta.

Verificou-se que no bufete da ESMA não são servidos minipratos, tendo o CE justificado tal facto à equipa inspetiva com uma anterior procura residual dos mesmos, não se encontrando o espaço adaptado a este tipo de refeição, cujo fornecimento será mais adequado noutra tipologia de estabelecimentos de ensino.

Segundo a opinião da presidente da Associação de Estudantes, corroborada pela Associação de Pais e Encarregados de Educação, o bufete tem funcionado para os alunos como alternativa ao refeitório, situação que o órgão executivo tem vindo a combater, uma vez que considera que o bufete está preparado sobretudo para o pequeno-almoço e lanche, apresentando o espaço uma variedade suficiente de bens, atentos os objetivos definidos para o serviço.

É de referir que, de acordo com o previsto no ponto 3 do artigo 5.º do regulamento da ASE aprovado pelo Conselho Administrativo, o CE deliberou penalizar os alunos beneficiários que tendo reservado a refeição não a levantam, sendo então deduzido, no saldo do montante atribuído em função do escalão, a diferença entre o preço que a escola paga pela mesma à empresa e o valor com que o aluno a adquiriu.

As 5 ementas semanais do refeitório são divulgadas atempadamente, através da Internet e afixação na escola, podendo ser feita a reserva de refeições pelo SIGE.

Por deliberação do CE, o pessoal docente e não docente está autorizado a almoçar no refeitório pelo custo unitário atual de 2,14 €, correspondente ao valor pago pelos alunos que não são beneficiários da ASE, o que contraria o estipulado no n.º 3 do artigo 110.º do anexo do DLR n.º 18/2007/A, de 19 de julho. Com esta medida, o CE procurou fomentar uma maior frequência do refeitório por parte do pessoal docente e não docente da ESMA.

No bufete apenas são fornecidos diariamente cerca de 30 pacotes de leite aos alunos do ensino básico, o que representa um número reduzido de consumidores (6% daquela população escolar), apesar da gratuidade do produto ter sido amplamente divulgada e de o mesmo se encontrar à disposição dos alunos.

Transporte Escolar

O projeto de transportes da ESMA contém 11 circuitos em carreira pública, explorados pela empresa Farias, Lda., com fator de compensação, inexistindo circuitos em regime de serviço regular especializado e/ou de rede local.

Os horários e percursos das carreiras públicas são adequados às necessidades da UO, à exceção de uma situação pontual então detetada, de alunos do ensino secundário ao final da manhã, em que a aula termina às 11:50 horas e os mesmos tinham de sair mais cedo para apanharem o transporte.

Em resposta efetuada em sede de contraditório, o PCE informou que a situação se encontra resolvida com um atraso de alguns minutos na saída do autocarro, o qual alterou o percurso, passando a parar em frente à escola, pelo que não se afigura necessária a saída antecipada dos alunos da referida aula.

O título de transporte escolar possui validade anual, sendo que, no caso em que o mesmo não é gratuito, os alunos utilizam o sistema SIGE para o respetivo pagamento.

A UO respeita o previsto no n.º 1 do artigo 132.º do anexo do DLR n.º 18/2007/A, de 19 de julho, sendo gratuito o transporte para alunos sujeitos a escolaridade obrigatória que residam a mais de 3 Km do estabelecimento de ensino frequentado na unidade orgânica, atendendo, contudo, a situações pontuais que

possam prejudicar os alunos, designadamente a existência de vias sem acesso pedonal.

Manuais e outro Material Escolar

A UO respeita a calendarização estabelecida no Despacho n.º 1012/2012, de 20 de julho, bem como as orientações da Circular n.º C-DRE/2014/14, de 1 de julho, sendo que os alunos que frequentam os anos do 7.º ao 10.º já se encontram abrangidos pelo regime de empréstimo de manuais escolares, enquanto aos que frequentam os 11.º e 12.º anos é ainda efetuada a dedução na comparticipação atribuída para cada escalão da ASE.

Apesar do reforço do fundo bibliográfico da UO, o número de manuais adquiridos ainda constitui praticamente o dobro dos reutilizados, situação que fica a dever-se, entre outros, à adoção no corrente ano letivo de novos manuais e introdução das novas metas curriculares em várias disciplinas.

A UO definiu regras para o empréstimo de manuais escolares, procurando uma distribuição equitativa entre manuais novos e reutilizados a entregar a cada aluno.

A divulgação do regime de empréstimo de manuais escolares foi efetuada através de uma informação escrita, a qual foi distribuída pelos diretores de turma, para conhecimento dos encarregados de educação, contendo um anexo, no qual é assinalado por aqueles os manuais pretendidos. No ato de entrega dos manuais escolares aos alunos é celebrado contrato de empréstimo em regime de comodato entre unidade orgânica e os encarregados de educação dos alunos beneficiários, nos termos do n.º 2 do artigo 6.º do DLR n.º 26/2012/A, de 19 de junho e no Despacho n.º 978/2012, de 10 de julho.

3.3 – Equipamentos Pedagógicos

A gestão dos diversos espaços escolares mostrou ser globalmente adequada às atividades neles desenvolvidas. A limpeza das instalações é assegurada pelos assistentes operacionais, tendo-se verificado que a limpeza dos vários espaços exteriores e das instalações sanitárias era adequada. A sala de alunos, espaço coberto de convívio, é agradável.

Os laboratórios dispõem de equipamentos que permitem desenvolver as práticas experimentais. As regras de utilização e segurança estão afixadas (mais no laboratório de Química). Os materiais perigosos estão guardados numa arrecadação que fica junto à única sala/laboratório de Química e os extintores estão fixados junto dos laboratórios.

A preparação dos materiais para as aulas práticas, a manutenção, limpeza dos equipamentos e gestão de stocks, são asseguradas por um funcionário de apoio.

A Biblioteca dispõe de um espaço próprio, estrategicamente menos adequado. O maior problema é o barulho que se deve à estrutura física, a qual é redonda, não sendo o mobiliário apropriado. Dispõe de 12 computadores e os alunos frequentam-na com alguma regularidade. Tem um espólio antigo mas não com muito valor, o acervo é grande, com cerca de 18 mil livros registados e embora haja livros que ainda não estão catalogados os alunos podem aceder-lhes por requisição. Está tudo inventariado. Funcionam com empréstimos diretos e temporários (cerca de 80%). Está estabelecida uma parceria com a Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça, na Horta. O horário da Biblioteca é das 08:30 às 17:00 horas. As regras não estão afixadas, contudo o regulamento impresso está disponível para consulta no escaparate da entrada e no início do ano letivo todas as turmas do 7.º ano fazem uma visita guiada à biblioteca durante a qual são informados das supracitadas regras. As mesmas são ainda lembradas no início de cada atividade.

As dinâmicas de ação da responsável consubstanciam atividades de animação, no âmbito cultural e interações, através da implementação de contactos com editoras, instituições culturais e outras bibliotecas, para melhorar o acervo e responder progressivamente aos diferentes saberes especializados, consequentes com o currículo dos alunos.

No que toca aos espaços e materiais desportivos, a UO serve-se dos do Parque Desportivo, o que permite a lecionação das diferentes modalidades com efetiva qualidade.

Os materiais móveis são da UO, estão guardados numa arrecadação e devidamente inventariados. Tem-se verificado um decréscimo nesse tipo de material devido à falta de verbas, contudo tem sido adquirido o necessário, embora anualmente seja colocado à disposição menor quantidade do que aquando do início da utilização das novas instalações, por se considerar que devido à significativa quantidade disponibilizada naquela ocasião houve parte do material que não foi



devidamente acautelado. Em 2015 a verba despendida em material desportivo foi de 1 267,00 Euros.

No que respeita ao material pesado, a quase totalidade é propriedade da UO, encontrando-se devidamente inventariado, com os valores refletidos nas respetivas contas e, conseqüentemente no balanço.

São os docentes do Departamento que têm a responsabilidade da manutenção do equipamento móvel.

Os espaços estão divididos e os professores vão rodando. A sala de aula que lhes está destinada também é genda entre os diferentes professores.

Não há nenhum assistente operacional da UO adstrito ao Parque Desportivo. Os balneários são geridos pelo serviço de Desporto.

O equipamento informático existente encontra-se distribuído por várias salas, algumas das quais específicas, com bons níveis de adequação e apetrechamento, proporcionando o acesso a um número considerável de utilizadores na execução das tarefas mais diversas.

A UO conta com cerca de 300 computadores. Têm recorrido à dádiva das máquinas por parte de instituições regionais como a Assembleia Legislativa Regional, as Secretarias Regionais e a SATA. Têm instalado um sistema de segurança para vírus e nas "portas" um sistema que impede de aceder a jogos ou filmes. Têm também proteção de conteúdos, entre outros para acesso às redes sociais.

Com orientação do grupo tem sido disponibilizada formação a todos os elementos da UO. Presentemente têm uma proposta de formação para os encarregados de educação. Têm também formação para os alunos sobre a segurança na internet, aqui com a participação da PSP (para poder ser enquadrado criminalmente).

A UO tem um sistema de videovigilância e as salas de informática têm câmaras de vídeo para segurança, cabendo a manutenção destas ao Grupo Disciplinar de Informática.

Subsistem procedimentos definidos dos circuitos de funcionamento de áreas específicas com o intuito de promover uma melhor rentabilização dos equipamentos, uma melhor prestação dos serviços e um efetivo controlo interno de todas as ações.

Estão definidos os fluxogramas de funcionamento dos serviços especializados, circuitos e procedimentos (inventário, auxílios económicos directos, acidente escolar, circuito da aquisição dos bens, circuito da despesa, gestão de stock, máquinas SIGE, reconhecimento do sinal de alerta), com a indicação explícita de todos os intervenientes/processos. Os fluxogramas permitem o controlo interno do funcionamento dos serviços, constituindo normas para um efetivo controlo interno.

4 - Planeamento da Ação Educativa

Projeto Educativo, Plano de Atividades e Regulamento Interno

O Projeto Educativo (PE) da UO foi elaborado para uma vigência de 3 anos (2013/2016), no final dos quais será elaborado um relatório de execução daquele.

Como missão para o triénio 2013/2016 a UO definiu, *motivar os alunos para a escola e para o conhecimento, de modo a que se tornem cidadãos responsáveis e participativos.*

Definiram-se objetivos quantificados e para o triénio referido duas áreas de intervenção prioritárias: ensino-aprendizagem e cultura organizacional.

Ao nível do ensino-aprendizagem, destaca-se entre outros: obter uma taxa de sucesso acima dos 70% em todas as disciplinas e em todos os anos de escolaridade; obter uma taxa de progressão/aprovação dos alunos do 3.º ciclo acima de 75% e dos alunos do secundário acima de 65%; assegurar uma taxa de abandono escolar pelos alunos dentro da escolaridade obrigatória inferior a 5%; melhorar a média dos resultados dos exames nacionais em cada disciplina em 5%.

Ao nível da cultura organizacional destaca-se, entre outros, assegurar uma taxa de participação dos pais e encarregados de educação, nos órgãos de administração e gestão em que estão representados, acima dos 60%.

A construção do Projeto evidencia cuidado no diagnóstico da UO, focalizando a caracterização do meio envolvente e da escola, os objetivos específicos, as estratégias básicas de ação, a identificação de problemas e os campos prioritários de ação.

Além da menção relativa à importância do nível económico das famílias para a promoção do sucesso escolar, o documento revela ainda, no ponto 8.3, que tem vindo a aumentar ao longo dos anos na ESMA o número de alunos abrangidos pelos

benefícios da ASE, sendo que na página 18 há mesmo referência ao elevado número de alunos cujos Pais/EE recebem o RSI.

O Plano Anual de Atividades (PAA) mereceu o parecer favorável do CP e inclui um conjunto alargado de ações organizadas em áreas complementares do currículo e calendarizadas no tempo. Apresenta-se como um documento de planeamento e um instrumento da dinâmica escolar que operacionaliza o PE.

Como referido na nota introdutória do PAA, este é um documento aberto, podendo integrar outras atividades ao longo do ano letivo. Com ele pretende-se melhorar, enriquecer e ampliar conhecimentos, estimular a curiosidade, abrir apetências e desenvolver valores.

O Plano enquanto documento dinâmico, mobilizador e aglutinador de vontades, será periodicamente avaliado. A avaliação das atividades constantes do Plano será feita pelos respetivos responsáveis das mesmas através de relatórios periódicos e no final do ano letivo através de um relatório final de execução das atividades.

O PAA, aprovado para o ano letivo de 2015/2016, integra algumas atividades a desenvolver na unidade orgânica, propostas pelos diferentes departamentos curriculares, assim como um conjunto de atividades promovidas pela Equipa de Saúde da ESMA.

No âmbito da promoção da alimentação saudável, o Departamento 6 (Ciências Físicas e Naturais) desenvolve o Projeto "Horta Biológica", que visa contribuir para a produção de alimentos saudáveis, desde a semente até ao prato, e melhorar os hábitos alimentares. De igual modo, a Equipa de Saúde promove duas atividades de sensibilização para a matéria em apreço, designadamente comemorando o Dia Mundial da Alimentação e realizando sessões no auditório com a presença de uma nutricionista da Unidade de Saúde da Ilha do Faial (USIF).

No que se refere à promoção da saúde em meio escolar, constam no PAA diversas atividades, promovidas quer pelo departamento curricular já mencionado (Medição de tensão arterial), quer pelo Departamento 7 (Educação Física), incluindo várias atividades desportivas e torneios em diferentes modalidades. Por seu turno, a referida Equipa de Saúde promove atividades, tais como ações de sensibilização sobre saúde oral, com a presença de dentistas da USIF, e prevenção de consumos nocivos, mediante colaboração de duas técnicas ainda da USIF.

O Regulamento Interno (RI) data do ano letivo de 1998/1999 e já vai na 9.ª revisão.

O regulamento prevê como incentivo ao sucesso escolar e educativo a criação dos quadros de mérito de melhor aluno do ano, excelência, de honra, de empenho e valor e de distinção por empenho de ação. Cada quadro é organizado por ano de escolaridade.

Um dos anexos ao regulamento estabelece o regulamento de aulas de apoio, nomeadamente o apoio sistemático, o apoio pontual, o apoio pontual a disciplinas de exame e o apoio móvel.

Estão previstas parcerias da UO com outras entidades públicas ou organismos empresariais e incompatibilidades.

Os órgãos colegiais de administração e gestão e as estruturas de orientação educativa elaboram os seus próprios regimentos.

As normas nele incluídas foram aceites e amplamente divulgadas, revelando a necessária clareza de acordo com os seus destinatários.

Os artigos 73.º, 74.º e 75.º definem sucintamente objetivos e regras para a papeleria, o bufete e o refeitório, respetivamente, sendo as mesmas mais desenvolvidas no Regulamento da ASE elaborado pela unidade orgânica.

Embora o RI não contemple regras no âmbito da ASE, designadamente para aquisição e empréstimo de manuais e restantes materiais escolares, as mesmas são bastante esmiuçadas no referido Regulamento da ASE.

No artigo 63.º é definida a composição da EMAS, de acordo com o estipulado no Regime de Criação, Autonomia e Gestão das Unidades Orgânicas do Sistema Educativo Regional.

É de salientar ainda a referência no artigo 89.º do RI a diversos direitos dos alunos no âmbito dos apoios da ASE, tais como o direito de ser informado dos mesmos, de dispor de manuais escolares e outros materiais de qualidade, bem como de medidas de equidade, com concretização de ações de discriminação positiva por parte dos serviços da ASE.

Refira-se também a existência na ESMA de um Regulamento da ASE, aprovado em reunião do Conselho Administrativo, após parecer do Conselho Executivo, a 23 de agosto de 2011, estipulando regras mais minuciosas no âmbito das diversas vertentes

do sistema, a saber: a candidatura aos benefícios da ASE; a isenção de propinas e taxas; o seguro escolar; a alimentação; a aquisição de material informático, livros e outro material escolar; a aquisição de próteses e ortóteses; o alojamento; o transporte escolar; as bolsas de estudo; e casos omissos.

A ESMA possui um Plano Integrado de Combate à Exclusão Social e de Prevenção ao Abandono Escolar, contendo uma orçamentação minuciosa, de caráter previsional, por cada vertente abrangida pelo SASE.

Organização Pedagógica

A oferta curricular tem conta o contexto da UO e decorre da disponibilidade dos recursos humanos e materiais existentes.

A constituição das turmas em funcionamento no presente ano letivo, no quadro de uma eficaz gestão e rentabilização de recursos humanos e materiais obedece a critérios decorrentes da aplicação das orientações legais.

Para o presente ano letivo foram definidos pela UO os seguintes critérios:

- As turmas do 7.º ano foram constituídas segundo a escolha da segunda língua estrangeira;
- As turmas do 8.º ano obedeceram ao critério da continuidade da turma do ano precedente;
- As turmas do 9.º ano tiveram como critério principal a escolha dos alunos entre Educação Tecnológica, Educação Visual, Teatro, Dança e a continuidade da segunda língua;
- No 10.º ano as turmas foram constituídas de acordo com as opções dos alunos e de acordo com a oferta da escola;
- No 11.º e 12.º anos a constituição das turmas obedeceu ao percurso educativo iniciado pelos alunos no 10.º ano e à sua continuidade.

A distribuição do serviço docente consubstancia a definição de critérios, no cumprimento das disposições superiormente emanadas, o que permite estabelecer a correlação entre a distribuição do serviço docente realizada e a sua interferência na ação educativa.

Atividades de Enriquecimento Curricular

Para além das atividades de natureza estritamente curricular, a UO proporciona outras de complemento curricular e projetos de desenvolvimento educativo, de caráter transversal e multidisciplinar.

O funcionamento de um conjunto de atividades de enriquecimento curricular, algumas sob a forma de Clubes, de caráter transversal e multidisciplinar, conjuga as dimensões do *saber* e do *saber-fazer*.

A UO tem como atividades de enriquecimento curricular: o Clube de Filatelia "O Ilhéu"; um grupo de teatro "Sortes à Ventura"; o Clube Desportivo Escolar; o Clube de Ciência; o Jornal da Escola "Arauto"; o Clube de Inglês; o Clube de Francês; um *blog* para aprender Francês; o Clube de Leitura e um Centro de Apoio aos alunos - CA2.

Estas atividades, com dinâmicas e práticas diferentes, encontram-se adequadas ao contexto escolar nos objetivos que prosseguem, nas ações interdisciplinares que desenvolvem, nas competências sociais e nas atitudes e valores que promovem.

Na UO todas as atividades de complemento curricular e os projetos de desenvolvimento educativo organizam-se por regimentos próprios.

5- Resultados da Aprendizagem

Ensino Secundário

Foram analisados os dados referentes ao ano letivo 2014/2015 ao nível do sucesso dos alunos nos diferentes cursos, em exame nacional, às disciplinas de Português e Matemática (objeto da observação da prática letiva), a média da classificação interna final (CIF) e a classificação em exame nacional.

Quadro 12**SUCESSO DOS ALUNOS NOS EXAMES NACIONAIS A PORTUGUÊS E MATEMÁTICA**

ALUNOS DO 12.º ANO COM SUCESSO EM EXAME FINAL					
PORTUGUÊS			MATEMÁTICA		
TOTAL DE ALUNOS SUBMETIDOS A EXAME	TOTAL DE ALUNOS COM SUCESSO	%	TOTAL DE ALUNOS SUBMETIDOS A EXAME	TOTAL DE ALUNOS COM SUCESSO	%
76	75	99	48	38	79,2

O quadro 12 evidencia o resultado dos alunos em exame nacional às disciplinas de Português e Matemática.

Ao nível da disciplina de Português verifica-se que, do total de alunos sujeitos a exame nacional, apenas 1 não obteve sucesso.

Na disciplina de Matemática, o n.º de alunos submetido a exame nacional é menor, contudo o número de alunos sem sucesso na disciplina é de 10.

QUADRO 13**COMPARAÇÃO DAS MÉDIAS INTERNAS E NOS EXAMES NACIONAIS**

DISCIPLINAS	MÉDIA	
	ESCOLA	NACIONAL
Geografia A	10,4	11,2
História A	10,6	10,7
Matemática A	10,8	12,0
Português	11,3	11,0
Biologia e Geologia	7,9	8,9
Desenho A	12,9	13,1

Geometria Descritiva A	13,4	12,2
Economia A	10,6	11,5
Físico-química A	9,8	9,9
História Cultura e das Artes	9,2	9,6
Literatura Portuguesa	9,9	10,5
Matemática Aplicada às Ciências Sociais	13,0	12,3
Filosofia	12,0	10,8
Média	10,8	11,9

Da leitura do quadro 13 conclui-se que a média da classificação em exame nacional está acima da obtida pelos alunos na CIF, nas disciplinas de Matemática A, Desenho A, Economia A e Literatura Portuguesa.

Nas disciplinas de Geometria Descritiva A, de Matemática Aplicada às Ciências Sociais (MACS) e Filosofia, foi onde se registou a maior descida na média de exame nacional.

Na disciplina de Português verifica-se uma ligeira descida da média em exame nacional (CIF 11,3 /exame 11,0).

Nas restantes disciplinas verificam-se ligeiras subidas na média de exame nacional.

A média final, em exame nacional é superior à média obtida na UO.

Gráfico 1 – SUCESSO DOS ALUNOS NO CURSO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS

Do Gráfico 1 pode ler-se:

- A maior percentagem de alunos que transitaram com conclusão a todas as disciplinas verifica-se no 11.º ano, no universo seleccionado, correspondendo a 79%, seguido do 10.º ano correspondendo a 75% e do 12.º ano com 61%;
- A maior percentagem de alunos que transitaram com a não conclusão a 1 disciplina verifica-se no 10.º ano, no universo seleccionado, correspondendo a 13%, seguido do 11.º ano correspondendo a 12%;
- A maior percentagem de alunos que transitaram com a não conclusão a 2 disciplinas verifica-se no 10.º ano, no universo seleccionado, correspondendo a 7%.

Gráfico 2 - SUCESSO DOS ALUNOS NO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS



Do Gráfico 2 pode ler-se:

- A maior percentagem de alunos que transitaram com conclusão a todas as disciplinas verifica-se no 11.º ano, no universo selecionado, correspondendo a 47%, e no 10.º ano correspondendo a 23%;
- A maior percentagem de alunos que transitaram com a não conclusão a 1 disciplina verifica-se no 10.º ano, no universo selecionado, correspondendo a 23%, e no 11.º ano correspondendo a 17%;
- A maior percentagem de alunos que transitaram com a não conclusão a 2 disciplinas verifica-se no 10.º ano, no universo selecionado, correspondendo a 32% e no 11.º ano correspondendo a 12%.

Gráfico 3 – SUCESSO DOS ALUNOS NO CURSO DE LÍNGUAS E HUMANIDADES

Do Gráfico 3 pode ler-se:

- A maior percentagem de alunos que transitaram com conclusão a todas as disciplinas verifica-se no 12.º ano, no universo seleccionado, correspondendo a 75%, seguido do 11.º ano com 72% e do 10.º ano com 45%;
- A maior percentagem de alunos que transitaram com a não conclusão a 1 disciplina verifica-se no 10.º ano, no universo seleccionado, correspondendo a 21%, seguido do 11.º ano com 12%;
- A maior percentagem de alunos que transitaram com a não conclusão a 2 disciplinas verifica-se no 10.º ano, no universo seleccionado, correspondendo a 15% seguido do 11.º ano com 6%.

Gráfico 4 – SUCESSO DOS ALUNOS NO CURSO DE ARTES VISUAIS



Do Gráfico 4 pode ler-se:

- A maior percentagem de alunos que transitaram com conclusão a todas as disciplinas verifica-se no 12.º ano, no universo seleccionado, correspondendo a 100%, seguido do 11.º ano com 75% e do 10.º ano com 38%;
- A maior percentagem de alunos que transitaram com a não conclusão a 1 disciplina verifica-se no 10.º ano, no universo seleccionado, correspondendo a 15%;
- A maior percentagem de alunos que transitaram com a não conclusão a 2 disciplinas verifica-se no 10.º ano, no universo seleccionado, correspondendo a 31%.

No que respeita ao acesso dos alunos da UO ao ensino superior constata-se que, dos 77 alunos (70% do total de alunos) que concluíram o 12.º ano, foram colocados 55 alunos candidatos na 1.ª fase. Na 2.ª fase, em 5 candidaturas foram colocados 2 alunos.



QUADRO 14

ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

N.º DE ALUNOS QUE CONCLUIU O 12.º ANO	N.º CANDIDATURAS NA 1.ª FASE	N.º DE ALUNOS COLOCADOS NA 1.ª FASE
77	55	55
	N.º CANDIDATURAS NA 2.ª FASE	N.º DE ALUNOS COLOCADOS NA 2.ª FASE
	5	2

6 – Planeamento das Aprendizagens

Motivar os alunos para a escola e para o conhecimento, de modo a que se tornem cidadãos responsáveis e participativos é a meta definida pela UO para o presente ano letivo. Para a concretização desta, foram definidos, no PCE os seguintes objetivos:

- *Manter a taxa de sucesso acima dos 70% em todas as disciplinas e em todos os anos de escolaridade e diminuir em 5% a taxa de insucesso nas disciplinas em que essa taxa foi superior a 30%;*
- *Obter uma percentagem de progressão/aprovação dos alunos do 3.º ciclo acima de 80% e dos alunos do secundário acima dos 78% e acima de 83% para o 11.º ano (conforme objetivos do ProSucesso);*
- *Melhorar a média dos resultados dos Exames Nacionais em cada disciplina em 3% e/ou diminuir o diferencial negativo em relação às médias nacionais;*
- *Assegurar uma taxa de abandono para os alunos da escolaridade obrigatória inferior a 5%;*
- *Assegurar uma percentagem abaixo dos 20% de alunos que ultrapassam o limite de faltas injustificadas em duas disciplinas;*
- *Obter uma percentagem de alunos sujeitos a participações disciplinares abaixo dos 20% (diminuir em 25% as do ano anterior – conforme objetivos do ProSucesso);*

- *Obter uma percentagem de alunos sujeitos à medida disciplinar sancionatória de suspensão abaixo dos 7%.*

A gestão dos conteúdos programáticos privilegia o cumprimento dos programas das diferentes disciplinas definidos a nível nacional.

O planeamento das aprendizagens é feito a nível de departamento ou de grupo disciplinar, na maior parte dos casos por ano de escolaridade.

Os departamentos fazem nas respetivas reuniões o ponto da situação relativamente ao cumprimento dos conteúdos programáticos planificados. As entrevistas realizadas permitem inferir que o planeamento das aprendizagens tem como preocupação central o cumprimento e a gestão dos conteúdos estabelecidos nos programas, o que se acentua no 12.º ano com a preparação para os exames nacionais.

Os professores, com vista à promoção do sucesso educativo, utilizam diversos tipos de materiais de aprendizagem (máquinas de calcular, audiovisuais) adequados ao ritmo e ao perfil do grupo/turma, procedendo, ainda à diferenciação estratégica e à implementação de atividades de reforço e de enriquecimento das aprendizagens.

No presente ano letivo, tendo em vista a promoção de melhores aprendizagens e no âmbito do Projeto ProSucesso, ao nível do 3.º ciclo a UO, implementou o Projeto Turma Mais Sucesso, um Gabinete SOS e atividades lúdicas.

A UO implementou, ainda um Projeto de Inovação Pedagógica com aulas de 45 minutos em todas as disciplinas do 3.º ciclo e com intervalos entre os segmentos.

7 – Realização das Aprendizagens

7.1 – O Trabalho em Sala de Aula

Nas aulas observadas, de uma forma geral, o processo de ensino/aprendizagem desenvolveu-se de forma organizada, tendo os docentes revelado grande preocupação em verificar a sedimentação das aprendizagens anteriores, a realização dos trabalhos de casa e em criar momentos de reflexão e diálogo com os alunos.

As aulas observadas, em termos da estruturação do trabalho, revelaram pertinência e adequação, quer no que diz respeito à clareza dos objetivos, quer à organização sequencial, quer ainda às modalidades de trabalho implementadas, à exceção de uma aula que não fluiu, pelo alheamento de alguns alunos e pela

dificuldade do professor em disciplinar a turma, pelo que aquele não conseguiu impor um ritmo de trabalho decidido, tendo assim a aprendizagem saído prejudicada.

Regra geral, a gestão do tempo permitiu a participação dos alunos, operacionalizada de forma ajustada ao contexto de cada turma em presença. Um caso houve em que os alunos passaram todas as respostas escritas no quadro para o caderno, o que, por um lado, atendendo ao ano de escolaridade em presença não é necessário nem proveitoso, e por outro, sendo o ritmo dos alunos diferentes, os que acabaram primeiro de passar as respostas começaram a conversar, perturbando e atrasando ainda mais os outros. Permitiu-se, assim, uma desorganização e dispersão no tempo de aula. Facilmente o professor teria encontrado melhor estratégia.

No espetro dos exames nacionais, referenciados praticamente em todas as aulas, na exigência do cumprimento dos programas, não houve diferenciação pedagógica.

Verificou-se uma diversificação de estratégias quase sempre adequadas, embora a sua implementação pudesse ter sido, em alguns casos, melhor aplicada.

A relação pedagógica e o clima de trabalho estiveram sempre associados ao tipo de interação desenvolvida pelos diversos intervenientes e revelando-se mais favorecida nos contextos onde a continuidade do professor em anos letivos consecutivos foi assumida como critério na organização pedagógica das turmas e/ou onde o mesmo professor é simultaneamente DT.

Dentro da sala de aula, à exceção do caso já referenciado, os alunos revelaram-se atentos e calmos, salientando-se a postura de alguns deles no saber comunicar com os diferentes interlocutores.

Na sua maioria, as práticas letivas observadas foram amplamente conseguidas, tendo em alguns casos atingido a excelência.

7.2 – Recursos de Aprendizagem

Nas aulas observadas, embora se continue a privilegiar o recurso ao quadro interativo e/ou negro, os professores utilizam ainda, como materiais de apoio à aprendizagem, fichas de trabalho, textos escritos, o manual adotado e os audiovisuais.

Os cadernos diários e outro material de registo das aprendizagens contemplam os conteúdos lecionados, as atividades realizadas fora da sala de aula e respetiva correção.

As TIC, considerando o número de unidades que a UO possui, são frequentemente utilizadas pelos alunos, não só como fonte de informação, mas também como instrumento de trabalho e de ocupação dos tempos livres.

7.3 - Avaliação

No âmbito da avaliação das aprendizagens dos alunos, o CP e os Departamentos Curriculares definiram os critérios de avaliação/ponderações, com vista à uniformização de procedimentos.

No presente ano letivo, para o 3.º ciclo do ensino básico, foram definidos critérios gerais/ponderações (conhecimentos/competências - 85% e atitudes - 15%) e específicos para cada disciplina. Foi definida a notação a utilizar nos instrumentos de avaliação (menção qualitativa e quantitativa e níveis a atribuir) e os critérios de classificação para cada um dos períodos.

Ao nível do ensino secundário, foram definidos os critérios gerais (conhecimentos/competências - 95% e atitudes - 5%) e específicos para cada disciplina, a notação a utilizar nos instrumentos de avaliação e o cálculo para a avaliação final.

A avaliação das aprendizagens assenta em diferentes instrumentos e critérios: participação nas aulas; realização dos trabalhos de casa; trabalho em grupo e/ou individual; fichas de avaliação formativa e sumativa; assiduidade, pontualidade; atitudes e comportamentos. A implicação dos alunos no processo avaliativo realiza-se através da auto e hétéro avaliação, ainda que, na maioria dos casos, oralmente e de um modo informal.

A análise das atas das estruturas de orientação educativa indica alargado debate em torno dos resultados da avaliação, progressão/retenção dos alunos.



7.4 - Dispositivos de Apoio Educativo

O apoio educativo é definido no início do ano letivo pelo CE e consta no horário dos docentes, quer na componente letiva (no caso dos apoios sistemáticos), quer na componente não letiva (no caso dos apoios pontuais).

Em função das necessidades educativas dos alunos, a UO proporciona 4 modalidades de apoio: o apoio sistemático, o apoio pontual, o apoio a disciplinas de exame e o apoio móvel.

O apoio sistemático é dirigido exclusivamente a alunos com necessidades educativas especiais, pelo que é de caráter sistemático e obrigatório, sendo que o regime de faltas é o mesmo como se de uma aula se tratasse.

O apoio pontual é destinado a todos os alunos que, por sua iniciativa ou por indicação de um professor ou encarregado de educação considere necessitar de apoio a determinada disciplina. Pode o aluno querer simplesmente melhorar o seu desempenho escolar, esclarecendo dúvidas, mesmo que não apresente dificuldades de maior. Não é de caráter obrigatório.

O apoio pontual a disciplinas de exame funciona das 16:30 às 18:00 horas, nos dias em que os alunos têm disponibilidade de horário e é de caráter facultativo.

O apoio móvel funciona no 3.º ciclo do ensino básico, nas disciplinas de Português e Matemática, nas turmas em que não estejam a ser implementados programas específicos de combate ao insucesso escolar. Consiste na presença de um segundo professor, dentro ou fora da sala de aula, para apoiar o docente titular na recuperação do sucesso dos alunos.

Aos alunos com necessidades educativas especiais do ensino secundário não são disponibilizados apoios sistemáticos, por uma questão de recursos humanos. Os alunos do ensino secundário que pretendam ter acompanhamento educativo frequentam o apoio destinado às disciplinas de exame.

No início de cada ano letivo os alunos indicados para apoio e os seus encarregados de educação são informados sobre as condições de frequência do apoio sistemático.

A modalidade sala de estudo tem como objetivo proporcionar um espaço aos alunos onde possam estudar ou solicitar esclarecimentos aos professores das várias disciplinas.

Os alunos a quem tenha sido aplicada a medida de ordem de saída da sala de aula são encaminhados para a Sala SOS, onde se encontra diariamente um docente durante todo o período em que decorrem aulas e onde deverão desenvolver uma atividade formativa indicada pelo respetivo professor.

O Serviço de Psicologia e Orientação é um serviço especializado de apoio educativo, dispondo de um gabinete de atendimento e contando com uma Psicóloga disponível de segunda a sexta-feira das 08:30 às 13 horas e das 14:00 às 16:30 horas. A Psicóloga assegura o acompanhamento psicopedagógico e desenvolve ações no âmbito da orientação escolar e profissional e do apoio vocacional.

8 – Clima e Ambiente Educativos

O clima da UO propicia um sentimento de segurança e estimula o respeito entre os diferentes elementos da comunidade educativa.

A UO não tem problemas significativos a nível disciplinar sendo o número de participações reduzido.

Os alunos revelam respeito pelas regras de convivência e um comportamento cívico adequado nos diferentes espaços sociais. Apesar de terem manifestado algum descontentamento em relação ao tempo de espera na fila do bufete, comportam-se de forma disciplinada cumprindo as regras de funcionamento. De referir que à hora de almoço, quando a fila é maior, isso não constitui preocupação do porquanto é objetivo do CE que os alunos utilizem preferencialmente o refeitório. De referir ainda que os equipamentos para a aquisição das senhas estão disponíveis a partir das 08:00 horas e que a duração dos dois intervalos para os alunos do ensino secundário, no período da manhã, é de vinte minutos para o primeiro e de 15 para o segundo. A participação dos alunos é genericamente ativa, sendo visível o espírito de associativismo, patente na existência de uma associação de estudantes. A Presidente da Associação salientou a disponibilidade do CE em colaborar nas atividades de índole cultural e recreativa.

A segurança da UO tem constituído objeto de preocupação e algumas das medidas encontradas para promover esta dimensão passam pelo controlo nas entradas e saídas, pelas vedações e pelos agentes da Escola Segura.

As dinâmicas que envolvem a limpeza, a conservação e o embelezamento do espaço escolar procuram privilegiar o conforto e o bem-estar.

Os sistemas de informação e comunicação instituídos permitiram apreciar a existência de muitos registos escritos, inclusos em dossiês organizados ou afixados em *placards*, bem como na *homepage*.

A divulgação da informação é feita de uma maneira geral em tempo oportuno, de modo a possibilitar o seu conhecimento e organização em tempo útil.

O sentimento de pertença à UO foi manifestado por alunos, professores e funcionários.

Alguns docentes revelam espírito de iniciativa, presente na dinamização de projetos, clubes e outras atividades.

A articulação da UO com a comunidade local envolve: a Câmara Municipal da Horta; o Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores; o Observatório do Mar dos Açores; a Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça; a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes da Ilha do Faial (APADIF); o Centro de Desenvolvimento Infante Juvenil dos Açores; o Centro de Saúde da Horta; o Hospital da Horta; o Clube Naval da Horta; a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) da Horta; a PSP da Horta, bem como a página do *Facebook*; o *site*; as reuniões mensais com a Associação de Pais e Encarregados de Educação; as reuniões periódicas com os representantes dos encarregados de educação das diversas turmas e as atividades abertas à comunidade local.



IV – PONTOS FORTES E FRACOS DO DESEMPENHO

As perceções construídas a partir das evidências recolhidas permitem focalizar determinados aspetos do desempenho da UO que merecem ser destacados:

- O dinamismo da AE no envolvimento dos diferentes elementos no debate e reflexão dos diversos assuntos da sua competência.
- A liderança do CE, visível na preocupação em desenvolver, acompanhar e avaliar as atividades desenvolvidas na UO, assenta numa planificação e num sistema de controlo interno rigoroso;
- O debate e reflexão do CP sobre assuntos da sua competência, entre outros as avaliações finais de período, testes intermédios e exames finais.
- O funcionamento do CA na tomada de decisões e no controlo da gestão de receitas próprias do Fundo Escolar da UO.
- A articulação entre os diferentes órgãos de administração e gestão e as estruturas de orientação educativa.
- A comunicação atempada de toda a informação interna e externa.
- O ambiente tranquilo, o nível de satisfação e o bom relacionamento vivenciado entre alunos, docentes e funcionários.
- O comportamento cívico, o espírito de associativismo e o respeito pelas regras de convivência, demonstrados pelos alunos.
- A taxa de sucesso dos alunos nomeadamente daqueles que concluíram o 12.º ano.
- A existência de fluxogramas de informação e de tramitação de processos reveladores de uma cultura de organização e de boas práticas.
- A organização em regimentos/regulamentos/planos próprios de todas as atividades de complemento curricular, projetos de desenvolvimento educativo e Sistema da Ação Social Escolar.
- A quantidade significativa de equipamentos informáticos e a boa rendibilização na sua gestão.
- O acervo documental e o apetrechamento da biblioteca, bem como o reforço do fundo bibliográfico, permitem quer um enriquecimento das aprendizagens quer o apoio socioeducativo aos alunos.
- O cuidado dos assistentes operacionais nas dinâmicas que envolvem a limpeza e o embelezamento do espaço escolar.

- A disponibilidade de colaboração manifestada pela Associação de Pais, no contexto do cotidiano escolar e a sua conseqüente responsabilização no envolvimento educativo dos seus educandos.

Considera-se porém, que outros aspetos estão menos conseguidos e devem merecer reflexão por parte dos órgãos, estruturas ou intervenientes do processo educativo, em especial nos seguintes aspetos:

- A falta de cooperação entre as diferentes estruturas de orientação educativa no que respeita à interdisciplinaridade.
- A existência de uma organização interna dos diferentes Departamentos Curriculares decalcada do anterior modelo, assente em grupos disciplinares.
- A ausência de organização sistemática da formação e atualização dos professores no âmbito científico, didático e metodológico por parte dos Departamentos.
- A localização, a estrutura física e o mobiliário da Biblioteca.
- A diminuta presença e participação dos pais e encarregados de educação na vida da escola.
- A percepção ainda não consensual da comunidade educativa sobre o serviço de refeições prestado.

V – RECOMENDAÇÕES

No sentido de procurar contribuir para a melhoria de desempenho global da UO, recomendamos que:

- As diferentes estruturas de orientação educativa cooperem no que respeita à interdisciplinaridade no sentido da promoção da qualidade educativa e do sucesso dos alunos.
- Ponderar a reorganização interna dos Departamentos Curriculares, atendendo à subsistência de algumas formas residuais de organização pedagógica previstas no anterior modelo.
- Os Departamentos Curriculares consensualizem nos seus espaços de reflexão as dimensões consignadas nas suas competências específicas com especial destaque para a formação e atualização dos professores no âmbito científico, didático e metodológico.

- Reforçar a articulação da UO com a comunidade escolar, nomeadamente com as estruturas representativas dos pais.
- Consensualizar com os membros da comunidade educativa e com a empresa concessionária a prestação do serviço de refeições, sem prejuízo do cumprimento das orientações da tutela no âmbito de uma alimentação equilibrada e saudável.

Por último apraz-nos registar a colaboração e a disponibilidade de todos os intervenientes no desenvolvimento desta ação inspetiva.

A Equipa Inspetiva

Maria Guiomar Horta Lopes (coordenador)

Paulo Pereira (coordenador)

Alda Maria R. V. Cota

Herculano Godinho

João Paulo Barbosa

Paulo Sousa Lima

Angra do Heroísmo, 1 de junho de 2016

P'LA COORDENAÇÃO



Maria Guiomar Horta Lopes